

**AMAZÔNIA: ECOLOGIA, DEMOCRACIA E SOBERANIA  
CONTRIBUIÇÃO PARA UMA REFLEXÃO CRÍTICA**

Carlos Walter Porto Gonçalves\*

A Amazônia, considerada enquanto região que abriga um ecosistema que tem a floresta tropical úmida como destaque, abrange uma área de 8.000.000 km quadrados, pouco inferior à do território brasileiro de 8.500.000 km quadrados. Incorpora mais da metade do território brasileiro (54%) além da Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname. Esta região que tanto espaço tem ocupado na mídia nos últimos anos é, na verdade, ainda pouco conhecida do ponto de vista científico. O interesse despertado pela região abre enormes perspectivas para que se tenha um conhecimento sistemático que possa servir de base a uma ocupação que seja capaz de incorporar novos valores, como por exemplo, o de evitarmos a devastação que infelizmente já atingiu vasta porção do planeta. Estamos pois, diante de um debate em torno de novos paradigmas para o futuro da humanidade quando defrontamos com a "questão amazônica". Todavia, uma questão preliminar se coloca para que não entendamos a devastação no sentido estritamente biológico, físico, enfim, naturalista: trata-se da relação que queremos estabelecer com outros saberes, outras formas de apropriação da natureza que,

---

\*Professor do Departamento de Geografia da UFF e PUC-RJ.

ao contrário de saber que dispomos sobre a região, é enorme por parte dos diversos povos que habitam a Amazônia, alguns há mais de 10.000 anos. Esta não é uma questão menor ou sem importância, na medida que todo o processo de incorporação de novas áreas pela expansão iniciada nos séculos XV e XVI se deu pela negação desses saberes tidos como atrasados, numa perspectiva etnocêntrica. Este é, portanto, o primeiro grande desafio a ser superado quando nos defrontamos com os diversos povos indígenas e as diversas comunidades extrativistas, enfim, com os Povos da Floresta. Este é um princípio de ordem filosófica e política em que deve se basear qualquer um que se dispunha conhecer a realidade amazônica, se não bastassem as razões de ordem ética de reconhecermos que se hoje esta região se apresenta a nós com sua enorme riqueza, isso se deve à própria história desses povos que nela sobrevivem, sem destruí-la. Os povos da floresta são, assim, parte desse enorme patrimônio que hoje a humanidade começa a dar conta da sua importância. Deste modo nenhuma ação que se pretenda encetar na Amazônia pode prescindir da livre aquiescência dos povos que nela habitam, sob pena de uma concepção ecológica onde o homem está ausente e que tantos danos já provocou. Não há defesa da floresta sem os povos da floresta, eis uma tese a ser afirmada.

Ora, se a devastação que vimos observando nos últimos anos não partiu dos povos que há milhares de anos a ocupam, é fundamental que tenhamos uma análise lúcida de quem são os responsáveis por esse processo e dos danos já provocados, assim como dos efeitos previsíveis dessas práticas. Esta análise requer, portanto, um aprofundamento do modelo de desenvolvimento a que a região tem sido submetida, assim como da dinâmica do seu ecossistema.

### **A Dinâmica do Ecossistema Amazônico**

Podemos tomar como marco histórico natural da atual dinâmica do ecossistema amazônico o soergimento da Cordilheira dos Andes na Era Terciária. A elevação desta cadeia de montanhas a oeste do continente americano deu ensejo à formação do anfi-

teatro onde passam a correr os rios que constituem a maior bacia hidrográfica do mundo, a Bacia Amazônica, responsável por 1/6 de toda a água doce do planeta. Este soerguimento alterou, inclusive, toda a circulação atmosférica até então dominante. Este anfiteatro que tem a oeste a Cordilheira dos Andes, de origem terciária, tem ao norte o Sistema Parima ou Guiano e ao sul o Planalto Central Brasileiro cujas origens geológicas remontam às primeiras eras de história do planeta (Era Arqueozóica e Proterozóica). Este anfiteatro é aberto a leste, no Oceano Atlântico onde desaguam as águas de toda bacia do Rio Amazonas. O material erodido a partir da constituição desse anfiteatro foi sendo sedimentado nas partes mais baixas, sobre rochas cristalinas, dando origem à imensa Bacia Sedimentar Amazônica.

Os rios que nascem, tanto no Sistema Parima ou Guiano ao norte, como no Planalto Central Brasileiro, ao sul, ao escavarem os seus respectivos leitos atravessam rochas cristalinas e sedimentares provocando uma erosão diferencial dando origem a quedas d'água formando um verdadeiro "fall line" com enorme potencial hidroenergético.

Situada a baixas latitudes, cortada pela linha do Equador, a região amazônica apresenta temperaturas médias elevadas, com pequenas variações ao longo do ano. Essa característica, associada à elevada precipitação pluviométrica - acima de 2.000 ml anuais - torna-se um ambiente propício ao desenvolvimento da vida. A heterogeneidade das espécies da região amazônica - a sua enorme biodiversidade - contrasta com a relativa homogeneidade das florestas temperadas e de regiões frias, fato a ser levado em consideração quando se pensa em desenvolvimento da silvicultura. As experiências bem sucedidas de silvicultura das regiões temperadas e frias não podem ser transplantadas para uma região tropical úmida que tem, entre outras características, esta da heterogeneidade de espécies. É importante ressaltar que a pujante floresta equatorial da Amazônia não é o resultado passivo das características termo-pluviométricas. Ao contrário, a própria floresta joga um papel decisivo na manutenção daquelas características. Como demonstrou o professor Eneas Sallati, as chuvas que caem na Amazônia oriental são provenientes da

evaporação efetuada no mar e transportada para o continente pelos ventos Alíseos. Já as chuvas que caem na Amazônia ocidental, nas proximidades dos Andes, são provenientes da evapotranspiração, isto é, da água evapotranspirada da própria floresta, sendo que o renomado pesquisador chega a falar que ao chegar nesta parte da Amazônia a chuva há teria sido reciclada 6 ou 7 vezes. Além disso, a simples existência da floresta significa uma retenção da energia solar que seria refratada caso não houvesse a sua presença. Sendo assim a floresta tropical úmida exerce um papel importante no próprio equilíbrio térmico, com efeitos que se propagam por toda a biosfera. E não só por essa razão a floresta tropical úmida produz efeitos na biosfera como um todo. A enorme extensão territorial amazônica, dá ensejo à formação da Massa Equatorial Continental, quente e úmida, que de acordo com variações sazonais, deslocando-se ora para o norte ora para o sul, transportam consigo essas características. O regime pluviométrico de vastas porções do território brasileiro e da América Central e do Caribe, fatalmente seria outro sem a floresta tropical úmida da Amazônia. Certas bacias hidrográficas, mesmo fora da Amazônia, teriam alterado os seus regimes caso não existisse a floresta tropical úmida. Essas já seriam razões fortes para que evitássemos o atual desmatamento indiscriminado que se abate sobre a região.

Paradoxalmente, essa rica floresta se desenvolve em uma região de solos pobres em cálcio, potássio e sódio. Como se trata de uma área muito úmida, esses elementos químicos solúveis são reduzidos, processo esse denominado LIXIVIAÇÃO. Acabam predominando nesses solos os elementos não-solúveis dando origem a uma carapaça alumino-ferruginosa, resistente, e que se forma à superfície, logo abaixo do horizonte A (o mais superficial) onde é grande a presença de matéria orgânica decomposta - o húmus. Estas concreções alumino-ferruginosas recebem o nome de LATERITA e o seu processo de formação o nome de LATERIZAÇÃO. Assim, podemos dizer que a floresta se nutre, sobretudo de si mesma, isto porque a matéria orgânica que constitui o húmus do horizonte A do solo é o resultado da decomposição de folhas e caules dela própria. As dificuldades que as raízes das árvores apresentariam para penetrar a laterita em busca de

água, por exemplo, é compensada pela grande disponibilidade desta na região e por isso predominam as raízes radiais e não as axiais. Embora devamos reconhecer que a maior parte dos solos amazônicos ainda não apresentam um estudo sistemático, mais detalhado, as pesquisas já efetuadas apontam a predominância de solos do grupo lateríticos, com as características expostas acima. A exceção fica por conta do estado do Acre, onde encontramos a maior extensão contínua de solos férteis da Amazônia, correspondendo a 78% da área daquele estado, segundo o ecólogo E. J. FITTKAU, com solos do tipo podzólico e Cambissolo, com presença de argilas finas provenientes, provavelmente, de deslizamentos oriundos dos contrafortes da cordilheira dos Andes. Ressalta-se, ainda, a expressiva área de várzea, cerca de 5% da região Amazônica, onde os solos são férteis em sais nutritivos derivados dos depósitos pluvionais, sujeitos a inundações periódicas. Todavia, é nessa área de várzea que encontramos uma tradição cultural de práticas agrícolas. Há aí todo um *modus vivendi* do ribeirinho que articula a agricultura, a pesca, a navegação, a arquitetura e o extrativismo, enfim, toda uma organização do seu OIKOS que não pode ser desprezado em nenhuma política séria de valorização da Amazônia.

Como vemos, a dinâmica do ecossistema Amazônico tem, mesmo nos seus aspectos físicos e químicos, na vida da floresta o seu eixo de equilíbrio. Os efeitos já observados nas áreas que foram objeto de desmatamento devem servir de alerta para o que nos reserva o futuro, caso não se coloque um freio ao atual processo de ocupação da região.

Destaque-se ainda que em momento algum dessa análise, ainda que sumária, lançamos mão do argumento de que a Amazônia é o "pulmão do mundo". Esta imagem é, por diferentes razões incorreta. Antes de qualquer coisa, pulmão algum produz oxigênio. Por outro lado se as florestas produzissem mais oxigênio do que consomem teríamos um aumento da proporção de oxigênio na atmosfera o que poderia por em risco a própria vida no planeta, conforme nos informa o engenheiro José Lutzemberger. Diz ele "Se a concentração de oxigênio fosse mais baixa, os animais acabariam morrendo, porque precisariam dele para viver. Se fosse mais alta, e em vez de 25% tivéssemos entre 25 a 30%

de oxigênio na atmosfera seria o fim da vida na superfície do planeta. Uma concentração destas permitiria a uma árvore queimar em dia de chuva. O primeiro relâmpago acabaria com todos os ecossistemas. Veja, portanto, a vida no planeta é uma coisa bastante equilibrada, que mantém as condições próprias a sua própria existência" (in "AMAZÔNIA NÃO É O PULMÃO DO MUNDO", inédito, datilografado, de José Lutsemberger).

Do ponto de vista científico nada há que sustente essa imagem de "Pulmão do Mundo" que se atribui a Amazônia e preocupamos que ela seja tão veiculada pela mídia. É claro que uma imagem tão forte e tão simples tem contribuído para chamar a atenção sobre a Amazônia. Todavia, isso demonstra que há grupos que estão mais interessados em chamar a atenção do que em conhecer efetivamente a situação amazônica e devemos nos preocupar em desmitificá-los.

É preciso afirmar, portanto, que é no aspecto climático que a floresta tropical úmida joga um papel importante para toda a biosfera, sobretudo, pela redistribuição de umidade que promove e pela retenção de energia, nesse caso, como se fosse uma "bomba de calor". Do ponto de vista regional é preciso destacar que o desmatamento traz como consequência imediata: A erosão dos solos com o consequente deslocamento de materiais sólidos para a calha dos rios aumentando o volume em fluxo; com a retirada da floresta a água escoar mais rapidamente para a calha aumentando o volume, provocando enchentes; compactação dos solos e consequente diminuição da água que é infiltrada para os lençóis subterrâneos na medida que escorre mais rapidamente à superfície. Dessa forma, diminui o tempo de permanência da água na região, e os rios passam a ter alterado o seu regime e a ter enchentes e estiagens bastante pronunciadas; intensificação dos processos de lixiviação e laterização.

Cabe ainda enfatizar que o maior patrimônio desta floresta tropical úmida é a sua biodiversidade. Cerca de 50% do patrimônio genético da humanidade encontra-se na Amazônia, abrigando cerca de 80 mil espécies de plantas e cerca de 30 milhões de espécies animais, talvez o maior patrimônio biológico do planeta, segundo Paul A. Aolinviaux (in "The Past and Future Amazon", "Scientific American", maio 1989, p.102).

Talvez o que a imagem de "pulmão do mundo" tenha a sugerir é menos o que tem sido posto em destaque, ou seja, o seu papel de "bomba de oxigênio", o que é cientificamente incorreto. Todavia, a imagem do pulmão sugere que estamos diante de uma parte vital do corpo. Sendo assim é necessário que nos preocupemos. Esse corpo tem também uma cabeça e aí talvez caiba indagar quem é essa cabeça que está preocupada com o corpo que tem a Amazônia como pulmão. O debate que vem sendo posto por cientistas/ambientalistas tem colocado questões novas como a que vê o planeta como um organismo vivo em que suas partes são mutuamente dependentes. Essa visão planetária tem profundas implicações posto que coloca questões novas no campo jurídico-político e nos remete a novas dimensões da cidadania, já que ações levadas a cabo numa parte do planeta como, por exemplo, o uso de combustíveis fósseis, gera alterações na composição da atmosfera e, dessa forma, produz efeitos numa escala que escapa ao controle imediato daqueles que a detonaram (efeito estufa).

Ocorre que o Estado Nacional, com sua configuração territorial, define exatamente um campo de poder de uma determinada comunidade e nos defrontamos, então, com a questão da soberania. E soberano é, por definição, aquele poder que não obedece a nenhuma lei que não a sua própria lei, e sendo assim a questão de quem é a cabeça que está preocupada com o "pulmão amazônico" adquire toda sua complexidade. A questão da soberania num contexto de economia a monopolisticamente mundializada e de crescente consciência ecológicamente planetária há que ser redefinida. Se as alterações promovidas por quem quer que seja em qualquer lugar do planeta interessam a todos, novas relações políticas devem ser instituídas.

Todavia, há que se levar em consideração que nem todas as partes estão igualmente providas dos mesmos meios, e dessa forma todo o desafio está em garantir direitos iguais entre desiguais. No caso da Amazônia, por exemplo, temos desde comunidades indígenas e extrativistas e grandes grupos monopolísticos nacionais e multinacionais com estratégias diferenciadas pela apropriação da sua enorme riqueza mineral e genética (biodiversidade).

Tanto os povos indígenas, como os ribeirinhos e extrativistas, extraem da floresta uma série de frutas traduzidas numa

rica culinária e farmacologia num manejo florestal sustentado que precisa ser levado em consideração sobretudo num momento onde é enorme o interesse sobre a área pelos grandes monopólios nacionais e internacionais da madeira face a devastação que se abate na floresta tropical da Ásia (Malásia, sobretudo) e da África (Zaire sobretudo). A pobreza genética dos principais países industrializados se deve a uma prática que muito tem a ver com a lógica capitalista de ao selecionar as sementes mais produtivas, simplificar os ecossistemas, homogeneizá-los, e, dessa forma, torná-los mais vulneráveis aos ataques de pragas. Os agroecossistemas assim constituídos têm mantido o seu equilíbrio graças a agroquímica, através de agrotóxicos. Além disso, as práticas da manejo florestal sustentado, privilegiando espécies de alto valor comercial e, portanto, com simplificações e homogeneação dos sistemas, como é comum nos países nórdicos e no Canadá, encontra aí alguma razão de ser, pois estas áreas apresentavam florestas relativamente homogêneas. Entretanto, a floresta tropical úmida não pode receber um transplante mecânico destas práticas, sob pena de a desequilibrarmos. É importante ressaltar que mesmo com essas práticas nesses países a demanda de matéria-prima por parte das indústrias de papel e celulose não é satisfeita e daí a pressão sobre as florestas tropicais. Enfim, o enorme patrimônio da floresta tropical está na sua heterogeneidade - a biodiversidade - e esta corre sérios riscos pela concepção estreita de manejo florestal sustentado que vê a madeira como principal recurso, desconhecendo que manejo florestal sustentado precisa ser demonstrado empiricamente, sendo necessário para isso um longo tempo que leve em consideração a reprodução das várias espécies. Sobre isso, convenhamos, o verdadeiro manejo florestal sustentado é o posto em prática pelos povos indígenas e demais extrativistas que, mesmo após milênios vivendo na região conseguiram trazer até nós essa floresta tão diversificada. Se quisermos ir às últimas consequências com este conceito é necessário que incluamos esses próprios povos como parte constitutiva dessa floresta e que, por isso, precisam reproduzir-se pois suas histórias, suas culturas fazem parte da vida da floresta. As consequências de uma lógica mercantil-capitalista sobre a floresta é, no mínimo, preocupante quando levamos em consideração a complexidade do



ecossistema amazônico e da vida desses povos. A tendência homogeneizante e simplificadora do sistema industrial inerente a uma sociedade produtivista encontra na Amazônia fortes razões para não ser implementada e devemos reconhecer que o complexo tecnológico-ideológico industrial que o mundo conhece não se desenvolveu a partir de uma relação com ecossistemas tropicais cuja dinâmica de equilíbrio é muito diferente daquela existente nos países que hoje detêm a propriedade das tecnologias de ponta.

### **A Invasão Amazônica**

Calcula-se em cerca de 3 milhões e 600 mil habitantes a população indígena quando da chegada dos colonizadores, com registros arqueológicos que remontam há 10.000 anos de ocupação por vários povos. Os primeiros viajantes registram a presença de inúmeras aldeias localizadas ao longo dos rios que percorreram. O verdadeiro genocídio pode ser avaliado pelo fato de somente em 1970 o Censo registrar uma população equivalente a da época do início da colonização. É importante registrar que a simples presença do colonizador promoveu uma redistribuição das populações nativas e, diga-se de passagem, não só daqueles que habitavam a Amazônia, pois o processo de invasão que se iniciava pelo litoral atlântico do nordeste e sudeste brasileiro, onde predominava a mata atlântica, ao expulsar os povos indígenas que aí habitavam, promoveu uma migração para a Amazônia.

Desde o início a ocupação da Amazônia se fez sob a síndrome de evitar a presença "estrangeira" na região. A presença francesa, que criara a cidade de São Luiz no Maranhão, vai ser objeto de uma guerra de expulsão e a criação de uma administração direta cuja abrangência vai desde o Maranhão incorporando a Amazônia, administração esta separada da província colonial do Brasil. É que o controle da foz do Amazonas era, particularmente à época, importante pois permitiria o acesso, inclusive, aos contrafortes andinos. Assim, não nos deve escapar o permanente interesse militar sobre a região amazônica que, sabemos, será

reforçado nos anos recentes.

Deve-se registrar as enormes dificuldades que os primeiros colonizadores tiveram para efetivar sua dominação sobre a região, sobretudo sobre os povos indígenas. Têm sido ressaltadas as dificuldades impostas pelo ecossistema, particularmente, a impenetrabilidade da floresta e os riscos para a navegação devido não só a enorme descarga ou débito das suas águas em fluxo, mas também pela presença em número considerável de árvores de grande porte arrancadas às margens, fenômeno esse conhecido por "terras caídas". Considerando-se que até o final do século XVII e início do século XIX a maior parte das embarcações tinham casco de madeira não é para menos frizarmos as dificuldades para a navegação nos caudalosos rios amazônicos. Não resta dúvida, portanto, que fatores de ordem natural jogaram um papel importante, criando dificuldades para ocupação. No entanto, é preciso acrescentar que os povos indígenas detinham um enorme conhecimento sobre a região, indiscutivelmente maior que os colonizadores. Além disso e mais importante ainda, temos que considerar a natureza do modo de vida e de produção desses povos para o que talvez caiba uma comparação com os povos Quichua e Aimarã que formavam o Império Inca. É que nos altiplanos andinos os colonizadores espanhóis encontraram uma sociedade hierarquizada, tendo no ápice o Inca que mantinha sob seu controle diversas comunidades de aldeias de quem cobravam tributos sob a forma de produtos ou através de fornecimento de mão-de-obra para a construção de obras públicas (estradas) e sua manutenção. Ocupavam um território relativamente extenso que ia desde a atual Venezuela até o atual Chile Setentrional, cuja unidade requeria um complexo sistema burocrático administrativo. Esse verdadeiro ESTADO que caracteriza a organização social do chamado Império Inca de certa forma facilitou a sua dominação pelos colonizadores espanhóis, superiores militarmente. Isto porque o controle do ápice da pirâmide hierárquica significava, ao mesmo tempo, o controle de toda a máquina, incluindo as comunidades de aldeia. Ao contrário, na Região Amazônica os colonizadores não encontraram nada que pudesse parecer com a forma ESTADO de organização sócio-política. Vários povos se distribuíam pelo território através de diversas tri-

bos e aldeias. Cada uma delas com uma densidade demográfica relativamente pequena. O caráter nômade ou semi-nômade desses povos estava associado à riqueza da floresta, sua fauna, incluindo a pesca. Em alguns desses povos uma agricultura itinerante se podia observar. Tornava-se, portanto, extremamente oneroso para o colonizador controlar essas comunidades tribais ainda mais se levarmos em consideração sua diversidade linguística. Deste modo, o fato de não terem um ESTADO CENTRALIZADO (questão que, afinal, só tem sentido para nós) dificultou a dominação, além dos fatores de ordem natural.

A exploração inicial da região terá que se contentar com um extrativismo das "drogas do sertão" (tinturas, óleo de copaíba, cacau) e, sobretudo, para a garantia da presença militar. Deste período inicial devemos destacar o papel dos jesuítas que conseguiram estabelecer o domínio sobre comunidades indígenas nos aldeamentos - missões - promovendo aquilo que os antropólogos chamam índios destrribalizados aos quais impunham a língua geral que os jesuítas haviam codificado a partir do tupi. Esses índios destrribalizados vão ser conhecidos por tapuias. Nas palavras de um estudioso "Os passos da dominação são bem conhecidos: o descimento, isto é, a transferência do grupo indígena de suas áreas de ocupação tradicional para os aldeamentos missionários, quase sempre localizados junto aos grandes rios ou no litoral, em lugares mais acessíveis e mais expostos ao contato, onde se reúnem indivíduos de grupos diversos; a sistemática destruição dos modos tradicionais de organização e de controle social do grupo e sua herança cultural, pelo combate e eventual eliminação de seus mitos, de seus pajés e tuxáuas tradicionais, e ainda de sua língua, substituídos por rudimentos de valores e crenças cristãos, pela presença dos próprios missionários e seus prepostos indígenas, os "capitães", pela introdução da língua geral, e por outros mecanismos diversificados de dominação colonial". (Carlos de Araújo Moreira Neto, in: "Índios da Amazônia: De Maioria a Minoria (1750-1850)", Vozes, Petrópolis, 1988, p.47). Podemos dizer que o saldo do ponto de vista do colonizador neste período foi muito mais o da dominação e destruição cultural dos índios que de sua destruição biológica, muito embora o contágio de doenças

tenha atingido as populações nativas além do fato de que muitas delas refugiaram-se para os altos cursos dos rios e para a terra firme. É com o Marquês de Pombal, no século XVIII, que a Amazônia é objeto de uma política mais profunda e sistemática de dominação. A partir de então e, sobretudo após Pombal, acentua-se a "caça ao índio" e o seu verdadeiro massacre. Não nos deve escapar que o maior assédio às comunidades indígenas está associado a redifinições nos quadros da hegemonia internacional com a ascensão da Inglaterra que também tinha interesse na área (Guiana Inglesa), o bloqueio continental imposto por Napoleão (a França também tinha interesse na área, Guiana Francesa) além do movimento de independência que começava a ganhar impulso (a Inconfidência Mineira). É como se o desespero ao tomar conta da metrópole talvez tivesse impellido a Coroa Portuguesa a tentar tomar pulso da situação. A própria vinda da Família Real de D. João VI para o Brasil significará para os indígenas de um modo geral e particularmente para a Amazônia, onde a população era sobretudo indígena, a implantação das maiores crueldades legalmente concebidas sobre esses povos. Desde Pombal o objetivo de mercantilização da vida dos povos da Amazônia ganhou contornos mais nítidos o que levou, inclusive, à expulsão dos jesuítas, em cujos aldeamentos missionários a produção para comercialização não constituía o objetivo maior. Enfim, a perspectiva modernizadora na sua vertente mercantilista, a la Pombal, pode ser resumida numa fórmula bem característica para a vida dos povos da Amazônia: MAIS MODERNIZAÇÃO, MAIS DIZIMAZÃO.

Esta situação não foi alterada após a independência que, diga-se de passagem, o Pará que incluía a Província do Rio Negro, só aderiu em 1823. Os comerciantes e antigos administradores coloniais portugueses que continuaram à frente dos negócios acentuaram ainda mais seus apetites de sujeitar os povos indígenas tendo dado ensejo a maior revolta popular de que se tem notícia na história do Brasil que foi a Cabanagem (década de 30 do século XIX). Os requintes de crueldade que se seguiu a essa revolta ainda estão por ser devidamente apreciados. A história da resistência indígena, do que a Cabanagem é um dos capítulos mais significativos, ainda está por ser devidamente avaliada.

Entre os diversos produtos extraídos da floresta havia um

elástico, maleável e impermeável que era utilizado pelos povos indígenas e que será objeto de interesse pelo capitalismo industrial a partir das últimas décadas do século XIX, a borracha. Com ela inicia-se o que podemos chamar de 3ª fase de Invasão Amazônica. Todavia, não será mais sobre os índios que recairá o maior peso desse novo ciclo. Afinal, o massacre ocorrido, sobretudo após a Revolta da Cabanagem, havia deixado muito pouco o que ser explorado. Serão, pois, os nordestinos que produzirão o latex que alimentará a expansão da indústria automobilística, símbolo maior do consumismo individualista. Mais uma vez, como soe acontecer com os povos e regiões coloniais como a Amazônia, a dinâmica da moderna sociedade industrial capitalista promove efeitos dramáticos sobre áreas que por si mesmas nada teriam a ver com aquela história. A descoberta e desenvolvimento do processo industrial de vulcanização da borracha terá a infeliz coincidência para o povo nordestino que se via naquele momento, mais uma vez, assolado por uma grande seca (década de 1870). Assim, a escassez de mão-de-obra na Amazônia devido ao massacre indígena da Amazônia, junto com a seca nordestina, ensejará uma política por parte do governo imperial de estimular o fluxo migratório, resolvendo, do ponto de vista das classes dominantes, o problema de mão-de-obra para a borracha e deixando intacta a estrutura fundiária do Nordeste. Eis uma nova função encontrada para a fronteira amazônica.

É preciso ter em conta os efeitos profundos e abrangentes do desenvolvimento industrial e capitalista. A medida que a revolução industrial avança e se complexifica na Europa e EE.UU. aumenta a demanda por mais e novas matérias primas, como foi o caso da borracha. O fluxo internacional de mercadorias se intensifica exigindo uma modernização do sistema de transportes e comunicação, como foi o caso da navegação a vapor e de casco de aço, do telégrafo e da telefonia. Tudo isso implica um maior aprofundamento do e para o Capitalismo. A velocidade das máquinas exige uma maior velocidade do sistema de transportes e comunicação levando em seu turbilhão povos e regiões no seu redemoinho. "Tudo que é sólido desmancha no ar". Na Amazônia esse processo não poderá prescindir de um agente responsável por práticas extremamente danosas aos povos da região: o marreteiro ou

regatão que, percorrendo os rios e vendendo implementos e gêneros de primeira necessidade a preços aviltantes, compra a borracha a preços vis. Ele será o elo de ligação com as diversas casas comerciais que se espalham pelas cidades da região e que têm em Manaus e Belém os seus centros mais importantes em território nacional. Esses centros por sua vez se achavam subordinados a capitais internacionais sediados em Londres ou New York. Na base de tudo estava o seringueiro proibido, inclusive, de praticar uma agricultura de subsistência, o que o tornava dependente do barracão do seringalista. Se considerarmos o desconhecimento que os nordestinos tinham da região, aliado às distâncias amazônicas, veremos que um verdadeiro sistema de escravidão acabara de se estabelecer através de todo esse sistema conhecido como Sistema de Aviamento.

A pobreza e miséria dos seringais contrastava com a opulência de Manaus e Belém. A velocidade e a seqüência linear do sistema fabril não podia ficar a mercê de eventuais intermitências e periodicidades dos ciclos da natureza ou de idiossincrasias sócio-culturais. Ao contrário, tudo é submetido ao seu ritmo, a sua velocidade, ao seu tempo não podendo se dissociar a imagem do operário tragado pela máquina dos "Tempos Modernos" de Charles Chaplin, do massacre dos povos extratores e produtores de matérias primas. Vários povos indígenas que conseguiram se refugiar para regiões mais inacessíveis sofrerão também as famosas "correrias" como o que a sociedade industrial, através dos regatões e seringalistas apoiados em facilidades governamentais, se apropriaram das suas terras. O atual estado do Acre, então pertencente à Bolívia, terá a infeliz sorte de possuir uma enorme concentração de seringueiras descobertas quando os preços da borracha achavam-se no seu auge. Índios como os Apurinã e Kaxinawá, entre outros, sofrerão um verdadeiro massacre no Alto Purus e Juruá, sendo que essa área ainda será objeto de querelas diplomáticas que terminará com a incorporação do Acre ao território brasileiro, em 1903, em troca de uma indenização à Bolívia que incluía além de alguns milhões de dólares a construção da "Ferrovia do Diabo", a Madeira-Mamoré, tudo isso com a interferência direta dos interesses imperialistas ingleses, sobretudo.

Um fato extremamente importante que deriva, particularmente, desse "complexo seringalista" diz respeito à situação fundiária. É que para o seringalista o importante era menos a terra e mais o que se encontrava sobre ela, sobretudo a seringueira e a castanheira, além do controle da circulação através dos rios. Nesse sentido, interessava menos a propriedade da terra e mais a concessão para a extração dos produtos da floresta. Sendo assim, o esgotamento de uma área podia levar ao seu abandono e a obtenção de uma nova concessão mais adiante. Esse processo deixará um legado extremamente confuso da propriedade fundiária na região amazônica. Na verdade a maior parte das terras são terras devolutas e, portanto, de propriedade da União. Todavia, como o controle da máquina político-administrativa continuou sob o domínio desses mesmos seringalistas e comerciantes, todas as dificuldades ou nenhum interesse haverá em devolvê-las à União. A apropriação privada de bens públicos já tão característica no Brasil como um todo, ganha na Amazônia a dimensão de escândalo.

O roubo de sementes de seringueiras e o seu transplante para a Malásia, o que por si só já nos alerta sobre o possível extravio do patrimônio genético nos dias atuais, levou a uma completa desorganização do "complexo extrativista" na medida em que grande parte do dinheiro obtido com as exportações não se efetivava o que desarticulou o sistema de abastecimento, com trágicas conseqüências nos primeiros anos da decadência do chamado "ciclo da borracha", como o aumento dos índices de mortalidade.

A partir de então toda uma economia de subsistência se desenvolve, envolvendo o extrativismo vegetal, a caça e a pesca, além de uma agricultura, sobretudo nas várzeas dos rios amazônico. Toda uma ocupação ribeirinha e com ela todo um saber a respeito da fauna, da flora, dos rios e que deveria se constituir na base de qualquer projeto de desenvolvimento que estivesse realmente voltado para os Amazônidas. Ao contrário de uma idéia muito difundida a respeito do despovoamento da Amazônia, essas populações continuaram ocupando-a, apesar do abandono das autoridades governamentais até porque eram enormes as distâncias que a separavam dos centros economicamente mais im-

portantes do poder e na ausência de um novo recurso que pudes- se justificar uma nova aventura sobre a região. Durante um cur- to período, o da Segunda Guerra Mundial - 1939-45, a Amazonia terá um novo surto da borracha quando, em virtude do controle japonês dos mares da Ásia bloqueando o abastecimento de borra- cha aos países e exércitos aliados, o seringueiro será chamado à missão de abastecer esses exércitos, passando a serem conhe- cidos como "soldados da borracha". Até hoje ouvimos reclama- ções de seringueiros a respeito do não recebimento das indeniz- ações de guerra que os aliados teriam pago em função da im- portância que alcançaram na vitória sobre o nazi-fascismo.

A situação mundial que decorre do fim da 2ª guerra, o cli- ma da guerra fria imposto pelas duas superpotências, ensejará uma preocupação para com a Amazônia. A criação da Superinten- dência de Valorização da Amazônia - SPVEA - é um esboço desta tentativa além da concessão para extração do manganês na Serra do Navio no Amapá a grandes grupos norte americanos de siderur- gia. Todavia, o capitalismo brasileiro enfrentava sérios es- trangulamentos para prosseguir o seu processo de acumulação. A queda de Vargas em 1954 é também a queda do nacional-populismo que vai ser substituído por um nacional-desenvolvimentismo ao sabor das elites empresariais do sul do país, sobretudo da FIESP, a partir do governo JK. Constitui-se um padrão de acu- mulação capitalista onde a Burguesia Industrial se associa ao capital estrangeiro, sem mexer nos interesses oligárquicos tra- dicionais, apoiados numa forte burocracia civil e militar que se posta nos órgãos de planejamento. A Volkswagen é bem o sím- bolo desse padrão de acumulação que tem no dizer de um ideólo- go da FIESP a dimensão do "verdadeiro nacionalismo", isto é, o que deseja o desenvolvimento da nação com a ajuda do capital in- ternacional e, por isso, se contrapõe ao chamado "nacionalis- mo demagógico-populista" de Vargas e outros.

A criação de Brasília e a construção da Belém-Brasília, concluída nos primeiros anos da década de 60, abre perspectivas para uma verdadeira ocupação do interior brasileiro. O que fal- tava antes, isto é, toda uma infra-estrutura que viabilizasse a incorporação da Amazônia começa a se efetivar. As distâncias começam a ser diminuídas. É com o golpe militar de 1964 que es-



te padrão de acumulação acima referido, vai assumir seus contornos mais nítidos e, porque não dizer, mais cruéis.

### **A Integração da Amazônia: o Futuro Chegou**

Este é o PODER NACIONAL que implementará a política de ocupação da Amazônia. Já em 1965 o então presidente Marechal Castelo Branco, concedia à USAF - Força Aérea dos Estados Unidos, o privilégio de fazer o levantamento aerofotogramétrico do país sem concorrência pública. Logo se farão sentir os interesses das grandes mineradoras internacionais em explorar vastas regiões do território brasileiro. Assistir-se-á a partir de então, uma série de iniciativas governamentais no sentido de adequar a legislação, ainda impregnada de princípios nacionalistas (demagógico-populistas, no dizer dos ideólogos da FIESP).

Logo após, o governo extingue o Banco da Borracha e a SPVEA e cria a SUDAM e a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus). Notemos que o Banco da Borracha e a SPVEA eram órgãos de articulação nacional das elites regionais da Amazônia que, desse modo, começam a ser alijadas ou se vêem obrigados a compor com o novo modelo de ocupação. Vários seringalistas caem em desgraça na medida que não têm uma política de sustentação ou de subsídio ao extrativismo. O Estado brasileiro começa a definir uma nova estratégia geopolítica para a região em que as velhas elites regionais seringalistas estavam excluídas. E esta nova estratégia beneficiará, sobretudo, o grande capital nacional e internacional.

A Zona Franca de Manaus é bem o símbolo desta nova política. Ela se constitui numa verdadeira prótese, no sentido mais profundo que esta imagem sugere, na medida que se constitui em algo que não tem raiz, que não emerge organicamente do tecido onde se coloca, é inorgânica. E, mais ainda, como o conjunto de eletro-domésticos e outros artigos de consumo, dá uma nova versão às bugigangas e espelhos com que os antigos colonizadores procuravam seduzir os nativos. O estranho é que a classe média, a quem são dirigidos esses bens de consumo, mantém uma ponta de ironia quando falam que os índios se deixavam domi-

nar por tão pouco, como se não tivéssemos diante de uma nova forma do mesmo, do antigo, travestido de novo. Estamos, pois, diante de uma boa imagem da modernização conservadora que marcou o Brasil pós JK, sobretudo, pós golpe militar de 64.

É interessante observar que a criação da Zona Franca de Manaus, que sintetiza melhor do que qualquer outra iniciativa, é acompanhada da implantação também em Manaus do Comando Militar da Amazônia em 1967. A presença marcante do Estado, através do BASA e da SUFRAMA, a presença do grande capital monopolista sobretudo multinacional se fez com "manu militari". Não nos deve escapar a famosa viagem do navio Rosa da Fonseca, onde grandes empresários do sul do país, muitos à testa de grupos multinacionais, reuniram-se com parte das elites regionais sob os auspícios das autoridades civis e militares. Esta viagem fazia parte da "Operação Amazônia", o que por si só denota a sua concepção militarista.

O caráter de prótese desse modelo de desenvolvimento ficará ainda mais evidente quando observamos o padrão, que detalharemos a seguir. Voltará as costas para o padrão de ocupação tradicional da região, à beira-rio, por um padrão em torno de grandes eixos rodoviários. Com isso se atenderá os interesses de um setor que se enriqueceu enormemente com a ocupação da Amazônia: o dos grandes empresários da construção civil que vão ser os responsáveis diretos pela construção do Brasil Grande, com suas obras megalômanas que bem se ajustava ao ufanismo da ditadura militar. E, tão grave quanto isso, é o fato de esses grandes eixos rodoviários, do qual a Transamazônica é o maior símbolo, cortava as áreas de maior concentração de minérios. Como todo esse processo se devia sob o comando e tutela militar todas essas obras eram apresentadas como necessárias à segurança nacional, ao que não cabia críticas e os que a faziam eram vistos como impatriotas sob o signo do "AME-O OU DEIXE-O!" Toda a legislação fundiária e mineral sofrerá profundas alterações para atender aos grandes grupos que deram ensejo a Ocupação Amazônica a partir de 1966.

Em finais da década de 60 um fato viria precipitar a nova política de ocupação da Amazônia: a revelação do famoso projeto dos grandes Lagos Amazônicos do futurólogo norte-americano

Herman Khan. Na verdade tratava-se de um projeto elaborado pelo engenheiro da Petrobrás, Eudes Prado Lopes, que teria sido levado ao Hudson Institute pelo então ministro Roberto Campos. Tal projeto gerou uma enorme polêmica na medida que através desses lagos seria estabelecida uma conexão direta da Amazônia brasileira com os centros capitalistas internacionais. Registre-se que à época a Amazônia contava com uma única via de integração com o resto do país, assim mesmo precária: a rodovia Belém-Brasília que havia sido iniciada no governo JK e concluída em 1962.

Em resposta a esse plano o governo criará o PIN - Programa de Integração Nacional, em 1970, onde se destacam uma política rodoviária em torno de dois eixos - a Transamazônica e a Cuiabá Santarém - e uma ambiciosa política de colonização e de terras, sob a bandeira do "INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR".

O Estado brasileiro agirá tal como Marx havia vaticinado no último capítulo do livro 1 do O Capital, ironicamente com o título de "Moderna Teoria da Colonização". Neste capítulo Marx caracteriza o capital com uma relação social de modo a que não o confundamos com sua forma de dinheiro. Afinal, o dinheiro existe há milênios mas nem por isso o Capitalismo existe há tanto tempo. Marx demonstra nesse capítulo que o Capital pressupõe o trabalho assalariado para se valorizar. Para que o capital se valorize é preciso que encontre no mercado o trabalhador disponível, necessitando vender sua capacidade de trabalho. Desse modo a livre mobilidade do capital no espaço geográfico pressupõe a mobilidade da força de trabalho. O capital não se dirigirá para a Amazônia se não houver trabalhadores. É por aí que podemos entender a política de colonização estabelecida pelo então recém criado Incra para a Amazônia. É por aí que podemos entender a famosa frase do então Presidente Médici: "O Nordeste é um lugar de homens sem terra e a Amazônia um lugar de terra sem homens" (sic). É por aí que podemos entender a enorme vaga migratória que se dirigirá para a Amazônia. Esse processo migratório é, por sua vez, impulsionado pelas novas formas de penetração capitalista sobre a pequena propriedade familiar tradicional no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e destrói as velhas relações sociais de parceria sobretudo em

São Paulo, sul de Minas Gerais e Espírito Santo e aliado à tradicional estrutura fundiária nordestina.

Se na primeira metade da década de 70 houve uma preocupação maior com os projetos de colonização que visavam trazer sobretudo o nordestino, a partir da segunda metade da mesma década os interesses voltam-se para os grandes empresários pecuaristas e madeireiros, atraídos com isenções fiscais, para garantir o "desenvolvimento da Amazônia". Esse deslocamento de importância não significa o abandono dos projetos de colonização que permita a atração da população. Ao contrário eles continuam combinados podendo-se citar sobretudo o caso do POLO-NOROESTE, ao longo da BR-364, trecho Cuiabá-Porto Velho, que vai ser responsável por uma situação de profunda miséria social e devastação ambiental, expressos no elevado índice de malária e favelas. E, nesse caso específico, foi grande a presença do colono do sul do Brasil que não teve melhor sorte que os migrantes nordestinos, capixabas, mineiros e goianos face a absoluta falta de preocupação em garantir uma estabilidade social. Ao contrário, todo um processo de concentração fundiária vai ocorrer com a venda de terras aos colonos que desconheciam as condições ecológicas o que demonstra a falta de assistência técnica e social que deve acompanhar projetos dessa natureza. O enorme fluxo migratório que demandou à região não só o foi iludido pelas promessas de uma vida melhor, mas também pela expulsão dos seus lugares de origem e pela ausência de uma política de reforma agrária séria. Neste ponto reside um dos aspectos cruciais de uma política futura para a Amazônia pois se não houver uma democratização do acesso à terra nas demais regiões brasileiras, acompanhada de tudo aquilo que a produção rural necessita - assistência técnica, preços justos, escola, postos de saúde - a Amazônia continuará a ser a válvula de escape que permite manter o status quo profundamente injusto reinante na sociedade brasileira. E com uma agravante: como a Amazônia já está praticamente toda apropriada fundiariamente, com empresas que possuem 4 milhões de ha. como é o caso da MANASA, a fronteira está juridicamente fechada o que só faz aumentar o conflito e a tensão social além da devastação ambiental que costuma acompanhar processos de desenvolvimento de preocupações

imediatistas. O enorme crescimento urbano de cidades médias - Santarém, Marabá, por ex. - e principalmente das capitais dos estados amazônicos é um dos destinos que essas populações têm, acompanhado por níveis de miserabilidade e degradação social (prostituição, mendicância, violência) extremamente elevados. O outro destino, com conseqüências igualmente nefastas, é o garimpo que hoje já abriga mais de 850.000 homens só na Amazônia.

A geopolítica dos estrategistas militares brasileiros na Amazônia terá ainda um novo lance a partir do governo Geisel em função da chamada Crise de Petróleo. É quando o Brasil começa a encetar uma política de aproximação com os países da América Latina, visando sobretudo o petróleo venezuelano. Essa política, no entanto, encontrará algumas dificuldades em virtude da visão prevalecente nos demais países latino-americanos de que o Brasil tem tradicionais pretensões expansionistas. Basta olhar o mapa do Brasil à época do Tratado de Tordesilhas para vermos que não são de todo infundadas essas preocupações. Lembremos ainda a incorporação do Acre ao território brasileiro em 1903. Mais recentemente os governos brasileiros tiveram envolvidos com o golpe militar chileno e mesmo preparado uma operação para invadir o Uruguai caso o candidato de oposição ganhasse as eleições no início da década de 70. Ou ainda a constituição do Pacto Andino que envolveu a Bolívia, o Perú, a Colômbia, o Equador, o Chile e a Venezuela quando o Brasil se preparava para desencadear sua política de ocupação na Amazônia em 1969. Buscando aproximação com os países latino-americanos o governo brasileiro estabelecerá o Tratado de Cooperação Amazônico em 1978 envolvendo o Perú, o Equador, a Colômbia, a Venezuela, a Guiana e o Suriname.

Todavia o último lance geopolítico dos estrategistas militares brasileiros dar-se-á quando ocorre um golpe de Estado no Suriname que leva ao poder o Coronel Bouterse que imediatamente estabelece relações com Cuba. A resposta dos militares brasileiros logo se faz sentir com o envio do General Danilo Venturini ao Suriname procurando atrair o governo Bouterse com assistência técnica e militar. Logo depois se faz sentir os efeitos dessa iniciativa quando Bouterse reduz a representação di-

plomática cubana no país. No entanto, o governo Bouterse deu ensejo a que o governo brasileiro aumentasse a presença militar na Amazônia com o objetivo de evitar o conflito leste-oeste (essa é a linguagem militar para o Conflito Capitalista X Socialismo) chegasse próximo às nossas fronteiras. Para garantir esse objetivo é que o governo cria o famoso Projeto Calha Norte elaborado em 1985 pelo General Bayma Denys.

Como a presença militar por si mesma não garante a defesa nacional é preciso que na sua esteira se dê uma efetiva ocupação da Região. O destino das comunidades indígenas, sobretudo as localizadas na fronteira norte brasileira, está daqui por diante condicionado a esses objetivos. A mineração aparece, pois, como a atividade que mais rapidamente poderia garantir essa ocupação. Uma verdadeira febre do ouro mobilizará milhares de trabalhadores sem terra, empresários do garimpo e mineradores que vão se beneficiar da infraestrutura criada como pistas de pouso.

### **As Leis Geográficas do Capitalismo e a Devastação da Amazônia**

Por mais fortes que sejam os objetivos estratégico-militares eles se fazem condicionados pelas Relações Sociais e pelas forças produtivas disponíveis num determinado momento histórico. A devastação da Amazônia era previsível se atentássemos para a dinâmica geo-econômica que o Capitalismo acaba injetando. Em outras palavras, as sociedades que se desenvolvem capitalisticamente tendem a promover determinada forma de organização do espaço geográfico a que é preciso estar atento porque não só nos explica o que ocorreu na região, como nos auxilia para uma política futura mais lúcida. Aqui um pouco de abstração teórica vai nos ajudar a compreender muito dos problemas concretos que se passam na Amazônia atual.

A sociedade capitalista transforma a terra numa mercadoria que, como tal, tem um preço. Na determinação desse preço a fertilidade (renda diferencial por fertilidade) e a localização face ao mercado (renda diferencial por localização) jogam um papel. As terras localizadas junto ao mercado tendem a ter

um preço mais elevado em virtude de permitirem uma renda diferencial maior, pois têm menores custos de transportes. Esta é uma das razões que faz com que junto aos mercados estejam aquelas atividades que melhor se adequam a pequenas propriedades, pois é menor o preço dessas terras. Ao contrário, as atividades extensivas que exigem grandes propriedades, tendem a se localizar mais afastadas do mercado, como é o caso da pecuária do corte. Deste modo, formam-se anéis concêntricos a partir do polo geoeconômico que é constituído pelo maior mercado que tende a polarizar toda a organização sócio-econômica do espaço geográfico, do que talvez os "Belts" americanos sejam o melhor exemplo. Grosso modo, o polo geo-econômico tende a ter junto a si o anel hortigranjeiro, logo depois a bacia leiteira, vindo a seguir um cinturão de cereais ou cultivos industriais, um anel de engorda de gado e, mais externamente, a pecuária extensiva. Esta é uma regra básica, elementar, da organização espacial numa sociedade capitalista e que não pode escapar a nenhum planejamento regional sério. Ora, a Amazônia brasileira é a mais afastada das regiões brasileiras com relação ao polo geo-econômico constituído pelo eixo Rio-São Paulo-Belo Horizonte. Ao implementar a política viária de integração nacional o Estado brasileiro incorporou a Amazônia como o anel exterior ao desenvolvimento capitalista brasileiro. A lógica capitalista com base na pecuária extensiva em grandes propriedades, se impôs. A consequência dessa política incentivada de grandes empresas pecuaristas na Amazônia, logo fará sentir suas graves consequências sócio-econômicas. Isto porque a ocupação da Amazônia se fez sob o signo de que região era um vazio demográfico e, por isso, desconsiderou que posseiros e várias comunidades indígenas ocupavam a região, com uma agricultura de subsistência, ou como seringueiros, castanheiros e ribeirinhas. A tensão social dominará a região na medida que as velhas formas de dominação sob o controle das velhas oligarquias seringueiras foi destruído e novas formas de dominação procuravam se consolidar. Registre-se que o Estado que foi tão cioso na construção de infra-estrutura viária e de comunicação, pouco fez para estabelecer instituições que fossem capazes de garantir os direitos trabalhistas e outros direitos básicos do cida-

dão. O jaguncismo passou a campear diante da resistência não só dos antigos habitantes da região, como também dos novos migrantes, muitos submetidos a regime de escravidão. Acrescente-se a isso que a pecuária exige mão-de-obra sobretudo durante o período de formação dos pastos, passando o trabalhador a vagar pela região quando termina essa fase. O mesmo ocorre após o término das grandes obras como a hidroelétrica de Tucuruí. Esses trabalhadores migram, então, para as principais cidades onde vão formar enormes favelas ou então buscar a riqueza nos garimpos da região, invadindo territórios indígenas. Eis o quadro social da ocupação da Amazônia.

Do ponto de vista ecológico, a pecuária é a atividade econômica menos adequada para a Amazônia. Trata-se de uma floresta equatorial que mantém um equilíbrio dinâmico extremamente tênue e que precisa de um conhecimento mais aprofundado que, necessariamente, deve partir do acúmulo de saberes que têm os índios, os seringueiros, castanheiros e ribeirinhos. Aqui fica evidente a contradição entre o econômico e o ecológico. Economicamente a pecuária extensiva é a atividade mais racional face ao afastamento dos principais mercados do país. Ecologicamente a pecuária significa expor os solos a uma intensificação do processo de laterização-lixiviação e de compactação com efeitos no escoamento superficial. Cada dia se tornam mais frequentes no noticiário as enchentes na Amazônia posto que a floresta deixa de reter a água das chuvas que passam a escoar direta e rapidamente para a calha dos rios, levando consigo materiais sólidos como argila e areias. O desequilíbrio hidrológico da região se acentua. É cedo ainda pois para medir as conseqüências desse desequilíbrio hidrológico sobre outras regiões brasileiras e mesmo sobre os territórios dos países vizinhos. No entanto, é preciso considerar que à medida que caminhamos de leste para oeste, adentrando a Amazônia, maior é a participação da evapotranspiração (evaporação da água das plantas) na formação das chuvas, conforme pesquisas do professor Eneas Sallati. Ora, como as massas de ar que formam na Amazônia, como a massa Equatorial Continental, deslocam-se pelos territórios vizinhos à região, levando consigo as chuvas, é de prever com o desmatamento uma diminuição do índice pluviométrico.



co no centro-oeste e no sudeste que, no verão são visitados pela massa de ar equatorial-amazônica. Todo o sistema agrícola dessas regiões, onde se concentrou uma significativa produção de grãos, será afetado. Devemos evitar uma visão catastrófica tão ao gosto de certos ecologistas, tendo, no entanto, o cuidado de nos apoiar no conhecimento técnico-científico adquirido ainda mais quando tratamos de uma região da complexidade da Amazônia. Devemos salientar que nenhum dos complexos tecnológicos criados pela sociedade moderna se fez a partir de condições ecológicas tropicais.

Para nossa infelicidade toda a política encetada na Amazônia brasileira se deu nos quadros de um regime ditatorial, que com uma retórica nacionalista - Integrar Para Não Entregar - se mostrou absolutamente insensível aos questionamentos vindos de diversos setores da sociedade brasileira.

#### **A Soberania nos Quadros de uma Economia Internacional**

Foi fundamental o papel exercido pelos organismos internacionais em toda a estratégia de ocupação da Amazônia. O Banco Mundial, por exemplo, foi avalista de toda essa política ao financiar obras de infra-estrutura de energia, transportes e comunicações. Estes financiamentos de organismos internacionais, por sua vez, se faziam em função da estratégia do Estado brasileiro de atrair capitais privados estrangeiros para promover o desenvolvimento capitalista. Não se pode, portanto, dizer que foi uma imposição do imperialismo e, portanto, de responsabilidade de agentes externos. Na verdade trata-se de uma opção política das classes dominantes brasileiras. Pode-se discutir se havia outras opções de superar a crise de acumulação capitalista nos marcos de um projeto autônomo num momento histórico em que o capitalismo estava mais internacionalizado do que nunca. O fato é que as classes dominantes brasileiras optaram por um desenvolvimento capitalista associado ao imperialismo. Neste contexto é que o grande capital norte-americano, europeu e japonês para cá se dirigiu. As dívidas contraídas pelo Estado brasileiro para criar a infra-estrutura neces-

sária à implantação desses capitais havia de ser paga com uma economia extrovertida - EXPORTAR É O QUE IMPORTA. Não é de admirar, portanto, que os governos que se sucederam aquiescessem às vicissitudes delineadas internacionalmente. Assim é que logo após a recomendação da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente da ONU em 1972, para que se contemplasse a preocupação com a ecologia, o governo brasileiro se apressou para criar organismos para cuidar da questão ambiental, como a SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente, ligada diretamente à Presidência da República. Deste modo atendia-se aos requisitos internacionais para que houvesse financiamentos para o Brasil. Esse fato é importantíssimo para compreender a complexa relação entre soberania e ecologia. Não foi por amor à causa ecológica que se criaram as instituições oficiais para cuidar do meio-ambiente. Ao contrário, foi para viabilizar os financiamentos internacionais. O verde que preocupava os governantes brasileiros não era o verde da mata: era o verde da nota de dólar. Aliás, o mesmo pode ser dito da questão fundiária, pois o governo brasileiro ao baixar o Estatuto da Terra em 1964 nada mais fez do que atender às pressões de organismos internacionais que viam na concentração fundiária na América Latina, uma das causas fundamentais das tensões sociais da região, assustados que estavam com as repercussões da Revolução Cubana. O Estatuto da Terra foi baixado e nunca aplicado, assim como as instituições e legislações ambientais.

Essa política do faz-de-conta do governo brasileiro se ajusta como uma luva à estratégia das grandes empresas internacionais de transferir para o Terceiro Mundo suas indústrias poluidoras. Enquanto isso no Brasil não faltava quem afirmasse que a poluição e a devastação das condições ambientais eram o preço que se pagava pelo progresso.

A recente reformulação da política ambiental brasileira, proposta pelo governo através do programa Nossa Natureza, só vem confirmar o que afirmamos acima. É que o Banco Mundial havia suspenso os financiamentos ao governo brasileiro em virtude do não cumprimento das cláusulas contratuais relativas à preservação ambiental e à demarcação das terras indígenas. E aqui se revelam as complexas relações não só entre soberania e

ecologia, mas também entre soberania e democracia. Expliquemos melhor. Ao longo de toda a política de ocupação da Amazônia não faltaram denúncias sobre a devastação que se estava procedendo. Os governos ditatoriais as entendiam como obra dos detratores do regime. Quando em 1985 os seringueiros da Amazônia se reúnem em Brasília no Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, para o qual convidam ambientalistas estrangeiros, aquelas denúncias escapam do território brasileiro e chegam à Europa e Estados Unidos. Ambientalistas europeus e norte-americanos fazem a partir de então, gestões junto à ONU para que se dê o título de cidadão global 500 ao Seringueiro Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, pelo seu trabalho em defesa da floresta Amazônica. Logo após (1987) o mesmo Chico faz denúncias numa reunião do Banco Mundial nos Estados Unidos. Nessa mesma época o antropólogo D. Posey junto com os índios Paulinho Paicã e Kubei-I também denunciam nos Estados Unidos, a devastação da floresta e os perigos que rondam as comunidades indígenas no Brasil. Cresce a pressão no exterior contra a política oficial encetada pelo governo brasileiro na Amazônia. Os principais jornais americanos e europeus estampam em suas páginas fotografias de queimadas na Amazônia. Com os financiamentos cortados e a pressão dos órgãos formadores de opinião no exterior, o governo brasileiro cria um programa ambiental de grande envergadura - o Programa Nossa Natureza (outubro de 1988). Logo após, dezembro de 1988, Chico Mendes é assassinado por pistoleiros ligados a fazendeiros.

É significativo que o responsável pela coordenação do Programa Nossa Natureza seja o General Rubem Bayma Denys, o mesmo que elaborou o documento que deu ensejo ao Projeto Calha Norte. Como se vê, a política para a Amazônia se faz sob tutela militar.

É nesse contexto que autoridades do governo brasileiro e destacados elementos conservadores das classes dominantes brasileiras, como o presidente da UDR, começam a falar de uma campanha orquestrada internacionalmente, que ameaça a soberania brasileira. Fala-se, inclusive, de uma estranha aliança da esquerda com os ecologistas e com o imperialismo.

De fato o governo brasileiro soberanamente optou por uma política associada ao capital estrangeiro. E o fez à revelia de amplos setores da sociedade brasileira. As facilidades oferecidas para que os capitais internacionais aqui aportassem comportavam isenções fiscais, criação de infra-estrutura, uma legislação ambiental frouxa, repressão aos movimentos sindicais o que permitia super-lucros. E aqui se coloca o nervo da questão: como estabelecer uma política soberana para a Amazônia, fora dos quadros da democracia, num contexto internacionalizado? E essa questão é particularmente sensível na Amazônia, em virtude dos conflitos sociais graves, tendo como base o problema fundiário.

Não é nenhum exagero dizer que a efetiva democratização da sociedade brasileira depende da questão amazônica na medida que ela toca num dos pontos mais sensíveis da sociedade brasileira: a questão militar. Não é a toa que se invoca esse tema-limite que é a soberania. A Amazônia tem nos nossos dias quase uma reedição de governador geral da época colonial para administrar aquela capitania. O general Rubem Bayma Denys, da ex-SADEN - Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, foi o mesmo que elaborou a exposição de motivos do Projeto Calha Norte, coordenava o programa Nossa Natureza e tinha sob a sua responsabilidade, como responsável pela SADEN - Secretaria de Assessoramento para a Defesa Nacional, órgão que substituiu o antigo Conselho de Segurança Nacional, a determinação das políticas mineral, indígena e fundiária. A Amazônia está militarizada.

No entanto, está em gestão na sociedade brasileira uma outra política concernente à Soberania Nacional que vem sendo esboçada no movimento popular e por segmentos da intelectualidade contra o atual modelo que não só desmata como mata. Chico Mendes é dele o símbolo maior quando afirmava que ninguém melhor do que os povos da floresta, sobretudo o seringueiro do Acre, estavam preocupados com a soberania brasileira para decidir sobre o destino de, aproximadamente, 60.000 brasileiros que hoje vivem na Bolívia, expulsos pela atual estratégia de ocupação do território brasileiro. E muitos desses "brasilianos" são migrantes nordestinos, gaúchos, catarinenses, mineiros e

paranaenses expulsos por uma agricultura capitalista que produz soja para exportação no lugar do alimento básico para o brasileiro. Além disso levantamento recente aponta a presença de mais de 600 empresas multinacionais na região.

A Amazônia parecia ser a reserva que garantiria o Brasil, país do futuro. O futuro chegou. E na Amazônia estão sintetizadas as contradições mais profundas da sociedade brasileira. A questão fundiária, a questão ambiental, a questão indígena, a questão da justiça e a questão da soberania estão todas imbricadas num contexto internacionalizado. As lutas que se travam na Amazônia adquirem imediatamente uma dimensão internacional, não por uma opção dos que lutam contra a atual política que se impõe na região, mas pelo simples fato de o atual modelo ter sido centrado numa estreita aliança com o imperialismo. Assim, a superação dos atuais problemas da Amazônia requer, antes de tudo, um quadro democrático onde outras vozes venham ao debate, além do discursos tecnocrático-militar que decide à revelia da sociedade (soberanamente) o que é soberania nacional.

## **Bibliografia**

- Calha Norte - Documento síntese do Comitê Interdisciplinar de Estudos sobre o projeto Calha Norte da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, agosto de 1987.
- COTA, Raimundo Garcia. Carajás: A Invasão Desarmada. Petrópolis, Vozes, 1984.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Paixão da Terra: Ensaios críticos de Ecologia e Geografia. Rio de Janeiro, Roclo-Socili, 1984.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des)caminhos do Meio-Ambiente. São Paulo, Ed. Contexto, 1989.
- MARTINS, José de Souza. Não há Terra para Plantar nesse Verão. Petrópolis, Vozes, 1986.
- MORAES, João Quartin de; COSTA, Wilma Peres & OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. A Tutela Militar. São Paulo, Ed. Vértice, 1987.

MÜLLER, G. & CARDOSO, F.H. Amazônia: Expansão do Capitalismo.  
São Paulo, Brasiliense, 1977.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Amazônia: Integrar para não  
Entregar. Campinas, Papyrus, 1988.

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo Autoritário e Campesina-  
to. São Paulo-Rio de Janeiro, Difel, 1987.

VEZENTINI, José William. A Capital da Geopolítica. São Paulo,  
Ática, 1984.